



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**“PEDIDOS DE INFORMAÇÕES AO GOVERNO PELAS BANCADAS PARLAMENTARES
DA FRELIMO E RENAMO-UE”**

**Intervenção de Sua Excelência
o Ministro da Planificação e Desenvolvimento
Aiuba Cuereneia**

Maputo, 25 E 26 DE MARÇO DE 2009

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, EXCELÊNCIA
SENHORA PRIMEIRA MINISTRA, EXCELÊNCIA,
SENHORES DEPUTADOS, EXCELÊNCIAS,
SENHORES MINISTROS E VICE-MINISTROS,
DISTINTOS CONVIDADOS,
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

É com grande honra e sentido de responsabilidade que nos dirigimos a V. Excias, Senhores Deputados e através de vós a todo o povo moçambicano do Rovuma ao Maputo para prestarmos informação sobre as perguntas colocadas ao Governo.

Antes porém, permitam-nos, Senhor Presidente da Assembleia da República, saudar a população do nosso belo Moçambique que dia a dia e arduamente trabalha em prol do nosso objectivo – A Redução da Pobreza Absoluta.

A Bancada Parlamentar da FRELIMO pretende **obter do Governo informação sobre que acções foram e estão sendo desenvolvidas para que, de facto, se reduzam os índices de pobreza no nosso País.**

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Passados quatro anos de implementação do Programa do Governo e cerca de 9 meses do término do mandato, o balanço é positivo e repleto de inúmeras realizações, não obstante as calamidades naturais e a conjuntura internacional desfavorável, continuarem a constituir um desafio para o processo de desenvolvimento do nosso País.

Nos últimos anos o nosso País tem sido ciclicamente afectado pelas secas, cheias, inundações, ventos fortes, ciclones e muito recentemente por sismos, causando luto e danos materiais avultados para a nossa população e para a nossa economia, em geral.

Para minorar o sofrimento dos nossos concidadãos desencadeamos acções de busca, salvamento e assistência humanitária das populações afectadas e implementamos com sucesso o programa de reassentamento das populações, tendo sido assistidas e reassentadas cerca de 279 mil pessoas, o equivalente a 55 mil famílias afectadas pelas cheias nos vales do Zambeze e Save.

Para que as acções de prevenção tivessem sustentabilidade foram estabelecidos 215 comités locais de gestão de risco de calamidades e foram capacitados 2.860 membros, 115 técnicos distritais, 41 Secretários Permanentes distritais e 115 jovens voluntários.

Para coordenar acções de emergência e difundir informações sobre os perigos e impactos causados pelas calamidades e monitorar a situação estabelecemos os Centros Nacionais Operativos de Emergência

(CENOE) em Maputo, Vilankulo, Caia e Nacala, bem como em todas as capitais provinciais do nosso País. O desempenho do CENOE na gestão das calamidades tem servido como exemplo a nível internacional.

Adicionalmente, efectuamos a reposição de residências destruídas pela explosão do Paiol em Malhazine e arredores e prestamos assistência social as vítimas, bem como o apoio aos nossos compatriotas vítimas de Xenofobia, na República da África do Sul.

O reforço da capacidade interna para fazer face as calamidades, principalmente as medidas de prevenção implementadas fizeram com que, ano após ano fossem reduzidas drasticamente o número de pessoas afectadas. De notar que, de um total de 1.2 milhões de pessoas afectadas, em 2006, passaram para menos de 200 mil, em 2008.

Para fazer face a conjuntura internacional desfavorável foi atribuído, no período da crise, o subsídio de combustíveis aos serviços de transportes semi-colectivos, o diferimento do pagamento de direitos aduaneiros e IVA na estrutura dos preços de importação do gasóleo e petróleo, bem como a isenção do IVA sobre o gasóleo quando destinado ao uso em sectores produtivos.

O Governo auxiliou o sector privado na procura de mercados preferenciais para a aquisição de cereais e outros produtos, elaborou e iniciou a implementação do Plano de Acção para a Produção de Alimentos, com impactos na estrutura e recursos do Cenário Fiscal de Médio Prazo para o sector da agricultura, ou seja, os recursos canalizados a este sector passaram de 4% para 7% do total da despesa pública.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Permitam-me que comece por expôr alguns indicadores macro-económicos, que demonstram os sucessos alcançados neste período:

A economia do País, medida pelo Produto Interno Bruto tem crescido a uma taxa média de 7.7%, cifra situada dentro dos parâmetros previstos no Programa Quinquenal do Governo.

O PIB per capita cresceu de 301 USD, em 2004 para 473 USD, em 2008, o que reflecte a elevação do nível médio das condições de vida dos nossos cidadãos.

O crescimento económico do País foi, também, acompanhado por uma estabilidade de preços, dentro do preconizado no programa de convergência macroeconómica a nível da região da SADC.

No que concerne a cotação da nossa moeda, o Metical, face as principais moedas de transacção, o Dólar e o Rand, tem-se mantido estável.

Como resultado da criação de condições atractivas ao investimento, foram aprovados de 2005 a 2008, 688 projectos de investimento, susceptíveis de criar acima de 81 mil postos de trabalho.

Relativamente as exportações de bens registaram um valor acumulado no período 2005 -2008, de cerca de 8.720 milhões de dólares, representando um valor médio anual de 2.180 milhões de dólares, aqui estão incluídas as exportações de energia eléctrica, lingotes de alumínio e gás natural, o tabaco, camarão, açúcar, algodão e castanha de caju.

Na componente fiscal, a par da entrada em funcionamento da Autoridade Tributária de Moçambique, incrementamos e melhoramos a eficiência na colecta da receita interna e sobre o comércio internacional, tendo o rácio em percentagem do PIB aumentado em 5.7%, ou seja, passamos de 11pp, em 2004 para 16.7pp, em 2008.

Registamos, igualmente, um incremento no nível de reservas internacionais do País, de um saldo de USD 961 milhões, em 2004 para USD 1 606 milhões, em 2008, cobrindo em média cerca de 5 meses de importações de bens e serviços não factoriais. De notar que este valor se situa acima dos 3 meses de cobertura previstos pelo Programa de Convergência Macroeconómica da região da SADC, até 2008.

Ao longo do quinquénio introduzimos a nova família do Metical, registamos uma expansão da cobertura do sistema financeiro, em particular nas zonas rurais, onde a rede bancária cobre actualmente 44 Distritos, contra 28 distritos em 2004.

Outrossim, no quadro da estratégia de bancarização da economia foram autorizadas de 2005 a 2008 a entrada em funcionamento de cerca de 120 novos balcões de bancos comerciais atingindo, actualmente, 343 balcões de bancos comerciais em todo o País.

Expandimos, igualmente, as delegações do Banco de Moçambique para as cidades de Lichinga, Pemba, Tete, Quelimane e Maxixe, facilitando deste modo as operações bancárias com o Banco Central.

MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES

Para que a redução da pobreza seja alcançada pela via do crescimento económico rápido, abrangente e sustentável, o Governo tem apostado na descentralização colocando o distrito como a unidade territorial principal da organização, funcionamento e base de planificação do desenvolvimento económico, social e cultural do nosso país, visto que:

- é nos distritos onde vive a maioria do nosso povo.
- é nos distritos onde o processo de planificação deve integrar medidas de política e actividades que respondam as preocupações das populações.
- é nos distritos onde deve ser incentivada e valorizada a governação participativa.

É por isso, e com o objectivo de aumentar o nível do bem estar das populações que o Governo decidiu, em 2006, alocar, a cada distrito, uma verba do orçamento de investimento de iniciativa local direccionada de forma exclusiva, para projectos localmente priorizados, para a produção de alimentos, criação de postos de emprego, com vista a gerar renda para as famílias e contribuir para a redução da pobreza. Mais tarde, em 2008, este orçamento foi reforçado pela componente dirigida as infraestruturas locais, para além dos fundos sectoriais que são descentralizados para a gestão provincial e distrital, com notáveis progressos nos sectores de Educação, Saúde, Agricultura, Águas e Estradas.

Assim, de 2006 a 2009, apenas nesta rubrica do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local foi alocado aos distritos o valor de 5 mil milhões de meticais, tendo sido financiados cerca de 26 mil projectos, nas diversas áreas de actividades económicas, principalmente, agrícola e pequena indústria, visando estimular o empreendedorismo, numa abordagem de maximização de cadeia de valor, aumentando a produção e criando cerca de 108 mil novos postos de emprego ao nível rural.

Entre outros impactos, é de registar o aumento das áreas de cultivo, bem como a adopção de melhores técnicas de produção, incluindo melhor preparação da terra, assegurando assim maiores rendimentos. Regista-se ainda a redução das bolsas de fome, diminuindo de 1 milhão para 120 mil pessoas atingidas, em 2008.

Esta decisão sábia constituiu uma antevisão de moçambique face à crise mundial de alimentos que se registou, com maior intensidade, em 2008.

Na área da Agricultura, foi aprovada e está em implementação a Estratégia da Revolução Verde, bem como o respectivo instrumento de operacionalização, isto é, o Plano de Acção para a Produção de Alimentos, com resultados positivos no reforço da segurança alimentar.

Com efeito, é de destacar, o crescimento da produção global de cereais, que passou de 1.900.000 toneladas em 2004, para mais de 2.300.000 toneladas na última campanha agrícola, o que representa um crescimento de cerca de 7%. Para a presente campanha agrícola, projectamos um crescimento de cerca de 17% para a produção de cereais.

Por outro lado, no mesmo período, a produção de leguminosas conheceu igualmente um crescimento assinalável de cerca de 6% .

Estes resultados positivos provêm do esforço empreendido pelo Governo na criação de condições para a implementação de programas específicos que contribuíram para a intensificação e diversificação da produção agrária.

De entre as acções de impacto directo no alívio á pobreza são de destacar: a capacitação da rede de extensão agrária, tendo o número de extensionistas atingido os 644 técnicos em 2008, estando em curso o processo contínuo de recrutamento de mais pessoal técnico, com vista a alargar a rede de assistência directa aos produtores.

É de salientar que, para além dos extensionistas da rede pública, a assistência aos produtores também conta com mais 736 extensionistas da rede dos parceiros do Governo, o que eleva para cerca de 1400, o número total de extensionistas que o País possui.

No âmbito da mecanização agrícola, foram disponibilizados a crédito, na campanha agrícola 2008/2009, 50 tractores com as respectivas alfaias, processo que deverá continuar nas campanhas subsequentes.

No que toca ao fomento da tracção animal, foram disponibilizadas mais de 3.000 cabeças de gado bovino devidamente treinadas, 1.748 charruas e 450 carroças.

No âmbito da facilitação de acesso aos insumos agrícolas, foram disponibilizadas em 2008 cerca de 4 mil toneladas de semente melhorada à preços bonificados.

No domínio da actividade pecuária, tanto os efectivos, quanto as produções, conheceram um crescimento assinalável. É de destacar o crescimento de cerca de 14% no efectivo de gado bovino, passando de 1.400 mil cabeças em 2004, para cerca de 1.600 mil cabeças em 2008. Este resultado, tem impacto positivo, não só na redução das importações de carne de vaca para o país, mas também no aumento de áreas de produção agrícola, em virtude de maior disponibilidade de gado para a tração animal.

MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES

Na área das Infra-Estruturas, acima de todas outras realizações, assinalamos como mais-valia para a nossa economia, a Reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa a favor do Estado Moçambicano. Uma infra-estrutura que nos enche de orgulho. Ainda na área de **energia**, destaca-se a expansão da rede eléctrica nacional beneficiando, 300 mil **novos** consumidores domésticos em todo o País, contra os 80 mil previstos para o quinquénio.

As novas sedes distritais electrificadas de 2005 a 2008 atingem 32, passando a cobertura da rede eléctrica nacional a abranger 83 sedes distritais a nível do País. Para 2009, esperamos cobrir mais 10 sedes distritais, nomeadamente em Niassa (Marrupa, Máua, Metarica e Mecanhelas); em Tete (Zumbo, Marávia e Macanga), em Sofala (Chibabava e Machanga) e Mabalane na província de Gaza; passando a cobertura com a rede nacional de energia para 93 sedes distritais até 2009.

Nesta área, a par de outras realizações, concluímos a extensão da rede nacional eléctrica de 110 KV de Nampula-Pemba; de Cuamba-Lichinga, bem como a linha de 33 KV, de Lichinga- Metangula.

No que concerne as **Estradas e Pontes**, foram reabilitados de 2005 a 2008, 3.633 Km, dos quais 1.360 Km de estradas nacionais e 2.274 km de estradas regionais, sendo de assinalar a conclusão da reabilitação da estrada Marracuene- Manhiça e Manhiça – 3 de Fevereiro, em Maputo; Incoluane – Chicumbane e Chissano – Chibuto, em Gaza; Chissibuca – Maxixe, Maxixe – Massinga e Nhanchengue – Pambara, em Inhambane; Muxúnguè – Inchope e Gorongosa – Canxixe – Chemba, em Sofala; Mussacama – Calómuè, em Tete; Rio Ligonha – Alto – Molócuè, na Zambézia; Nametil – Angoche, em Nampula, e Litunde – Marrupa, em Niassa.

Relativamente às Pontes, unidades importantes para circulação de bens e pessoas, é de destacar a conclusão da construção da Ponte de Moamba, em Maputo; a Ponte do Guijá, em Gaza; a Ponte de Lugela, na Zambézia, a ponte de Meluli, em Nampula; Luambala, em Niassa, bem como a construção e conclusão de 75 pequenas pontes na Província da Zambézia;

Durante o quinquénio iniciamos a construção da Ponte da Unidade, sobre o Rio Rovuma; a Ponte de Caia sobre o Rio Zambeze, as pontes de Lucite, Nhancuarara e Mussapa, em Manica; as pontes de Licungo II e III e Cuacua I, na Zambézia que se esperam concluir no decurso deste ano.

Na área de Águas, construímos e reabilitamos 7.767 fontes de abastecimento de água nas zonas rurais, beneficiando adicionalmente cerca de 3.3 milhões de pessoas em todo o País. Com estas realizações, a taxa de cobertura evoluiu de cerca de 43%, em 2004 para cerca de 52%, em 2008.

Nas zonas urbanas foram feitas acima de 9 mil novas ligações domiciliárias, construídas e reabilitadas infraestruturas de água, nomeadamente, centro distribuidor de Laulane, conduta de Chamanculo-Maxaquene, em Maputo; nova estação de captação na Beira, centro distribuidor de Dondo, em Sofala; campos de furo de Nicoadala, estação de tratamento de Licuare, em Quelimane; estação de tratamento de Nampula; reservatório de armazenamento e abertura de furo, em Metuge, Pemba; depósito elevado de Xai-Xai; estação de tratamento da Maxixe; campos de furos e estação de tratamento em Moatize e Tete, entre outras intervenções. A taxa de cobertura de água urbana passou de 36%, em 2004 para 50%, em 2008.

Relativamente aos **Transportes e Comunicações**, entre outras realizações, destaca-se a reconstrução da linha de Sena, esperando que os comboios escalem Moatize em Setembro de 2009.

Visando o desafio de melhorar a área dos transportes públicos urbanos foi reforçada a frota de transportes públicos numa fase de crise dos combustíveis, pelos seus elevados preços. A camada da população peri-urbana foi a principal beneficiária desta medida.

Assim, foram adquiridos e distribuídos 165 autocarros para os transportes públicos, sendo: 115-Maputo, 20-Beira, 08-Nampula, 06-Quelimane, 06-Inhambane, 04-Pemba, 03-Tete e 03-Xai-xai. Também foi reiniciada a circulação do transporte urbano ferroviário de passageiros nas linhas Maputo/Matola-Gare e de Maputo/Marracuene.

Com vista a facilitar a circulação das populações nas principais travessias do País, foram adquiridas 6 embarcações para as travessias de: Maputo – Catembe, Inhambane – Maxixe, Beira – Búzi, Beira – Machanga e Quelimane – Ricamba, que brevemente serão distribuídas.

Como medida de prevenção e responsabilização pela saúde das pessoas e estado das viaturas, foi aprovado o regulamento da Lei do Seguro Obrigatório para viaturas.

Na área de **Telecomunicações** cobrimos 116 distritos pela telefonia fixa e 108 distritos incluindo as capitais provinciais pela telefonia móvel, cobrindo esta última 68 distritos em 2004.

Ainda neste domínio, consolidamos o uso de novos serviços resultantes da instalação da fibra óptica, nos troços Beira-Quelimane-Nampula; Nampula-Pemba; Tete-Chimoio-Caia; Cuamba-Lichinga, esperando que no decurso de 2009, todas as capitais provinciais estejam ligadas a fibra óptica.

Esta expansão permite maior volume de circulação de informação, com fiabilidade e em tempo real, contribuindo para a aproximação dos mercados e para a redução dos custos de transacção, incluindo dos pequenos produtores rurais.

MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES

No sector dos **Recursos Minerais** expandiu-se o investimento de grande e pequena dimensão, fazendo com que este sector crescesse a uma taxa média anual de 9,6%, acima da média do resto da nossa economia.

Salienta-se o arranque da exploração das areias pesadas de Moma, o aumento da produção de gás e o início da prospecção do petróleo.

Foi realizada a prospecção e pesquisa de ouro e metais básicos nas províncias de Manica, Tete, Niassa, Cabo-Delgado e Zambézia. Entrou em funcionamento a mina de ouro aluvionar na região de Mutambarico no distrito de Manica.

No âmbito dos esforços de envolvimento de moçambicanos em empreendimentos mineiros, foi realizada a venda de 10% de acções à singulares e empresas detidas maioritariamente por moçambicanos da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos – CMH. Esperamos que os Senhores Deputados se tenham beneficiado desta iniciativa.

Paralelamente, investiu-se nos serviços de suporte à actividade de extracção mineral com o estabelecimento do laboratório de geologia em Tete e a conclusão e publicação das cartas geológicas modernas e com padrão internacional na escala 1:250 000, cobrindo todo o país, cartas geológicas na escala 1:50 000 em algumas regiões potenciais em recursos minerais nas províncias de Niassa, Tete e Manica.

Tendo em vista a melhoria, cada vez mais, do ambiente de negócios e através desta promover mais postos de trabalho, entre outras acções, foram institucionalizados os balcões únicos em todo o País e aprovados e em implementação importantes instrumentos, como sejam, a Lei de Trabalho e a Lei de Protecção Social; o Código Comercial; o sistema de salários mínimos por sectores; o novo Código de Benefícios Fiscais para investimentos; e, o pacote de incentivos para as Zonas Económicas Especiais.

Assinados e implementados os acordos de supressão de vistos com todos Países limítrofes, incluindo a Namíbia permitindo que os nossos concidadãos possam circular livremente, para negócios ou visita a familiares.

Senhor Presidente da Assembleia da República,

Senhora Primeira Ministra,

Senhores Deputados

Não se combate a pobreza sem a formação do Homem, é assim que no Sector da Educação expandimos o efectivo de alunos do Ensino Primário e Secundário (EP1-ES2) de um número de 3.6 milhões , em 2004 para cerca de 5.3 milhões, em 2008, representando um incremento da ordem de 43% e ultrapassada a meta preconizada no Programa do Governo que estabelecia 5.2 milhões.

No que concerne ao número de escolas do mesmo nível de ensino, entraram em funcionamento mais de 12 mil novas escolas, contra 9 655 existentes em 2004.

No Ensino Técnico Profissional há a salientar a conclusão das obras de construção do Lar da Escola Profissional da Moamba, a reabilitação da Escola Industrial e Comercial de Xai-Xai; a reabilitação e equipamento do laboratório do Instituto Agrário de Boane; a construção de três Institutos de Formação de

Professores (Chibata, Morrumbala e Alto Molócuè); a criação e abertura do Instituto de Fauna e Ecoturismo de Marrupa.

Adicionalmente, foi concluída a reabilitação e ampliação dos Institutos de Formação de Professores de Namaacha e Inhaminga; iniciada a construção do Centro-Escola de formação de combatentes em Manica, bem como a construção dos Institutos de Formação de Professores de Cuamba, em Niassa e de Tete e Chitima, na Província de Tete.

Ainda nesta área, foram graduados cerca de 31 mil novos professores, criado e em funcionamento o Instituto Nacional de Bolsas de Estudos; distribuídos, gratuitamente, mais de 67 milhões de Livros do ensino básico e introduzidos e implementados o novo currículo do ensino básico e secundário do 1º ciclo: 2ª, 4ª, 7ª e 8ª classes.

No **Ensino Superior** foram expandidas as Instituições do Ensino Superior, passando de um total de 17, em 2004 para 36 instituições em 2008, bem como o respectivo número de estudantes de cerca de 22 mil para 68 mil em igual período. De destacar a criação e entrada em funcionamento das seguintes instituições:

- A Unilúrio, em Nampula, Cabo Delgado e Niassa;
- A Unizambeze, em Sofala;
- Os Institutos Superiores Politécnicos de Tete, Manica e Gaza;
- A Escola Superior de Jornalismo;
- O Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique;
- O Instituto Superior de Administração Pública;
- O Instituto Superior Mãe África;
- A Escola Superior de Economia e Gestão;

Foram igualmente criados:

- O Instituto Superior de Artes e Cultura;
- O Instituto Superior Politécnico de Songo;
- O Instituto Superior de Comunicação e Imagem;
- O Instituto Superior de Tecnologia e Gestão;

Foi lançada a iniciativa “um aluno, uma Árvore por ano” e promoção de florestas comunitárias (2006), tendo sido plantadas cerca de 6 milhões de Árvores de fruta e sombra nas escolas, até 2008.

No sector de Saúde foram incrementados os cuidados primários, reabilitadas e construídas 170 unidades sanitárias da rede primária e reabilitados 15 Hospitais de Nível III até 2008, contra os 6 previstos NO Programa Quinquenal.

Igualmente, foram concluídos 3 hospitais distritais em Morrumbala, Nicoadala e Namacurra; concluídas as obras de construção do hospital distrital de Palma (Cabo delgado); concluída a construção dos centros de formação de Cuamba (Niassa) e o centro de formação de Mocímboa da Praia (Cabo Delgado).

Ainda nesta área foram colocados 5 377 profissionais de saúde sendo 339 médicos. Actualmente, os 108 distritos têm médicos; Introduzido o tratamento anti-retroviral (TARV) em todas as sedes distritais; Iniciada a cirurgia cardíaca com circulação extra corporal no Hospital Central de Maputo (2008); e, alocadas 196 novas ambulâncias a todas as Províncias.

Tendo em vista combater a pandemia do HIV e outras doenças endémicas foram lançadas as iniciativas Presidenciais de Combate ao HIV/SIDA (2006); Saúde da mãe e da criança (2008) e Saneamento do meio e promoção de higiene (2008).

Na área da **Mulher e Acção Social**, entre outras realizações, destacam-se no quadro de apoio as mulheres chefes de agregado familiar com fraco poder económico, a implementação de projectos de desenvolvimento comunitário que beneficiaram mais de 133.215 agregados familiares; mais de 70 mil mulheres frequentaram cursos de alfabetização, mais de 9 mil mulheres participaram em cursos de curta duração em gestão de projectos; bem como o atendimento a 15.495 mulheres em actividades de geração de rendimentos.

Ainda nesta área, só em 2008 foram documentadas 10.058 crianças e reunificadas com as suas famílias 1.394 crianças. Foram atendidas 15.176 crianças nos 98 Centros existentes em 2005, e 30.771 nos 205 Centros existentes em 2008.

No que diz respeito ao atendimento às pessoas portadoras de deficiência, foram acompanhadas em 2008, 4.869 pessoas e integradas 634 crianças.

O subsídio de alimentos tem beneficiado cada vez mais pessoas, tendo passado de 82.631 em 2005, para 143.455 em 2008, beneficiários que na sua maioria são mulheres.

O Apoio Social Directo, beneficiou em 2005, mais de 7.173 pessoas e em 2008, 24.224 pessoas.

Em curso o processo de reinserção social dos ex-militares desmobilizados e portadores de deficiência militares, no âmbito do Acordo Geral de Paz.

Em implementação o Plano Nacional de Acção para a prevenção e combate à violência contra a mulher, (traduzido em três línguas nacionais: chichangana, chissena e emakua).

Implantados conselhos técnicos para o avanço da mulher em todas as províncias e em 11 distritos (Angoche, Monapo, Murrupula, Nacala Porto, Ilha de Mocambique, Eráti, Angónia, Cabora Bassa, Moatize, Changara e Chiúta).

Expandidas as Delegações do INAS, passando de 19 para 30, nos seguintes distritos: Ribaué (Nampula), Marrupa (Niassa), Mocímboa da Praia e Montepuez (Cabo Delgado), Gurué (Zambézia), Marávia (Tete), Bárue (Manica), Caia e Machanga (Sofala), Vilanculo (Inhambane) e Chicualacuala (Gaza), o que permitiu a aproximação dos serviços aos beneficiários e a redução de custos administrativos.

Actualizados os escalões do subsídio de alimentos, passando do valor mínimo de 70 meticais para 100 meticais e do valor máximo de 140 meticais para 300 meticais.

Na área de Governação consolidamos o funcionamento e expandimos o número de autarquias locais para mais 10 e implantamos instituições de Participação e Consulta Comunitárias nos escalões de Distrito, Posto Administrativo e Localidades (Conselhos Locais e dos Fóruns Locais), incrementando nesta base o poder das comunidades, no processo de tomada de decisões sobre o desenvolvimento local.

Ainda nesta área foi implementada a segunda fase da reforma do Sector Público; aprovada e em implementação a estratégia de combate a corrupção; aprovado novo Estatuto Geral de Funcionários e servidores do Estado; efectuado o recenseamento dos funcionários do Estado e dos pensionistas; efectuadas 89 497 promoções e progressões e concluído o processo de auto-avaliação interna do país no âmbito do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF).

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Como podemos observar, os resultados apresentados nos vários sectores são positivos.

Conseguimos incrementar a produção, num contexto adverso. A descentralização tornou-se uma realidade, e os frutos até agora alcançados dão-nos firmeza que com as acções que iremos implementar em 2009, permitirão cumprir com sucesso o Programa Quinquenal do Governo 2005-2009.

As intervenções acima referidas contribuíram para a manutenção da estabilidade, coesão social e para reduzir significativamente a pobreza no nosso País.

Muito Obrigado Pela Vossa Preciosa Atenção!